

Quarta-feira, 16 de Novembro de 2005 - Estrasburgo

Exportações de armas

Ana Gomes (PSE). - Quase cinco biliões de dólares é o valor dos contratos de transferência de armas em 2004 para países em desenvolvimento assinados pelos quatro principais exportadores europeus, segundo dados de um recente relatório do Congresso americano. Um aumento que representa um valor cinco vezes superior ao de 2003, o que prejudicará o desenvolvimento ao fazer proliferar conflitos em África e noutros continentes, ninguém sabe.

É esta a realidade que exige, mais do nunca, a aplicação de regras estritas e eficazes na exportação de armas. A Europa não pode promover a construção com a ajuda ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que potencia a destruição com a exportação desregulada de armas convencionais.

Daí defendermos - como o excelente relatório do Deputado Romeva faz - a urgência de tornar este código de conduta juridicamente vinculativo para todos os Estados-Membros. E é por isso, também, que nos congratulamos - como a Sr.^a Comissária, que saúdo, o fez - pela decisão do Conselho de pugnar na ONU por um verdadeiro Tratado universal que aponha as regras comuns ao comércio global de armas.

O embargo de armas à China, que repetidamente tem ameaçado Taiwan, não deve ser levantado enquanto a China não prestar contas pelos prisioneiros e desaparecidos de Tiannamen e melhorar os direitos humanos em geral.

Quanto ao relatório Wuermeling, este inclui um aspecto fundamental para o futuro do projecto europeu de defesa e da política externa comuns, que se encontra reflectido na alteração 6 do meu Grupo. Nenhuma potência mundial tem mercados de equipamento de defesa totalmente abertos. Os Estados Unidos protegem as suas indústrias de defesa com um "Buy American Act". Aqui temos muito a aprender com os nossos amigos americanos.

É fundamental introduzir a preferência europeia na aquisição de equipamento de defesa por parte dos Estados-Membros. Trata-se de garantir a sobrevivência de um dos sectores que contribuem significativamente para o sucesso da Estratégia de Lisboa, para a inovação tecnológica e para a autonomia estratégica da União. Não tenhamos ilusões, não sejamos ingénuos: aviões não são bananas, tanques não são frigoríficos. Não tratemos este assunto como se fosse uma mera questão de mercados. O Parlamento tem de assumir a liderança neste debate que é, acima de tudo, político e estratégico e o que propomos é um primeiro passo nessa direcção.

Finalmente, quanto ao relatório do Deputado Kristovskis - que também saúdo -, julgo que não é possível ter uma estratégia coerente e eficaz de não proliferação se os cinco Estados nucleares autorizados, incluindo dois Estados-Membros, continuarem a não cumprir os seus compromissos de desarmar progressivamente, nos termos do artigo 6º do NPT e a negligenciar, ou reagir contra, potências que se tornaram nucleares fora do NPT, como Israel, a Índia e o Paquistão. E isto é tanto mais grave quanto, para além de mais Estados, também actores não estatais e terroristas procuram deitar mãos a essas armas ilegais.